

PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A PRIVAÇÃO DO ACESSO À DIREITOS SOCIAIS

Larissa Cristiny de Souza¹

Maria Paula Neves Teófilo¹

Lidia Noronha Pereira¹

¹ Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Varginha-MG/Brasil.

Resumo

O presente ensaio buscou discutir o aumento das demandas por privatização e as consequências para a população. Nesse sentido, buscou refletir sobre como a desestatização afeta a população carente e o intuito dos defensores desse processo de privatização. O estudo se justifica por demonstrar a necessidade de discutir o assunto, buscando assegurar direitos sociais e repensar a ação da administração pública. Como metodologia, foi utilizado a pesquisa bibliográfica. Os resultados do estudo demonstraram que em um processo de privatização, o lucro das empresas é priorizado em detrimento do bem-estar da população.

Palavras-chave: Constituição Federal. Direitos Fundamentais. Privatização. Sociedade.

The privatization of the public services and the deprivation to access social rights

This essay sought to discuss the increase in the demands for privatization and the consequences for the population. In that sense, it aimed to reflect how privatization affects the poor part of the population and the intent of the defenders of this process. This study is justified by demonstrating the necessity to discuss the matter, with assuring the social rights and rethinking the actions of the public administration in mind. The methodology used was bibliographical research. The results of the study show that in the process of privatization, the corporate profit is prioritized over the wellbeing of the population.

Keywords: Federal Constitution. Fundamental Rights. Privatization. Society.

Privatización de los servicios públicos y privación del acceso a los derechos sociales

Este ensayo pretendía debatir el aumento de las demandas de privatización y sus consecuencias para la población. En este sentido, pretendía reflexionar sobre cómo afecta la privatización a los pobres y las intenciones de quienes están a favor de este proceso de privatización. Este ensayo se justifica por demostrar la necesidad de discutir el tema, buscando garantizar los derechos sociales y repensar las acciones de la administración pública. Como metodología se utilizó la investigación bibliográfica. Los resultados del estudio mostraron que en un proceso de privatización se prioriza el lucro de las empresas en detrimento del bienestar de la población.

Palabras clave: Constitución Federal. Derechos Fundamentales. Privatización. Sociedad.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14500220>

ISSN: 2359-6252

Editora-chefe: Letícia Lima Milani Rodrigues

Editor-adjunto: Vinicius de Souza Moreira

Ensaio submetido em 20 de novembro de 2024 e aceito para publicação em 22 de novembro de 2024



O presente ensaio busca discutir como a desvalorização dos serviços públicos tem contribuído e incitado o debate sobre privatizações e como esse processo pode ser danoso à população, ainda que busque a melhoria dos serviços prestados. Para tanto, artigos da Constituição Federal de 1988 e estudos de Iamamoto (2006), Adrião (2018), Nestor e Mahaboobi (2000), Paiva (2023) e Boito (2016) fundamentaram a pesquisa no sentido de demonstrar como esses processos trazem, a médio e longo prazo, mais prejuízos para a população do que benefícios em si, excluindo parcelas sociais de usufruir de seus direitos.

Em um cenário de orçamento restrito e maior necessidade de investimentos nas áreas de infraestrutura, é explícita a perda de credibilidade na administração pública e maior interesse nos processos de desestatização, mesmo que o resultado seja a privação do acesso a esses serviços por camadas mais baixas da sociedade. Frente a isso, o estudo a seguir procura mostrar uma perspectiva contrária à privatização que deve ser levada em consideração.

Inicialmente, para melhor compreensão desses processos, pode-se utilizar a definição de desestatização presente no Art 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988), que conceitua como a alienação para o setor privado, por parte da União, de forma direta ou por meio de outros setores controlados, a realização de serviços públicos até então executados pelo Estado. Com base em tal definição, pode-se compreender a privatização como uma transferência para o setor privado de serviços que eram executados e de responsabilidade do Estado.

Sobre tal ponto, autores que apoiam a defesa dos serviços públicos destacam a diferenciação entre classes. O autor Boito Júnior (2016) salienta que conflitos entre classes muitas vezes são velados. O autor complementa falando sobre como classes mais altas da camada social, mesmo sendo minoria no país, vendem ideias que satisfazem a suas necessidades particulares de maneira universalista, fazendo com que sejam vistos como verídicos pela maior parcela da população. Assim, os grupos favoráveis à venda desses setores usam de falas que induzem a população a pensar no bem da economia, sem levar em consideração o impacto que essa ação pode causar socialmente e em como esses serviços são amplamente utilizados não somente por camadas mais baixas, mas também pela população como um todo.

Corroborando com o autor Boito Júnior (2016), o autor Iamamoto (2006) defende que há um pilar fundamental em que as instituições privadas se sustentam e os difere dos setores públicos: se baseiam nas vontades do sistema privado de um pequeno número de pessoas, visando atender seus próprios interesses e não levando a necessidade pública como fator principal. Diante do exposto, entende-se que ao desestatizar setores públicos, a população que se beneficia deles não está sendo cotada como principal fonte de preocupação e suas necessidades estão sendo substituídas por motivações individuais de grupos isolados que têm apenas seus interesses econômicos como fator decisório final.

Nesse passo, outro fator relevante para a discussão é a diferença das demandas de classes. Conforme Boito Junior (2016), tais demandas podem se apresentar diferentes da sua real intenção. Segundo o autor, demandas de grupos minoritários e com melhores condições financeiras podem se apresentar como pautas universalistas para que tenham melhor aceitação e sejam legitimadas pela maioria da sociedade. O resultado é a prevalência das demandas de grupos mais abastados em detrimento das necessidades da maior parte da população, levando também à descrença de minorias sociais em relação aos serviços prestados.

Os defensores desse processo de privatização alegam que tal transferência de responsabilidades atenderia as demandas da União e possibilitaria a prestação de um serviço de maior qualidade e maior cobertura. Conforme Paiva (2023), a observação governamental indica vantagens à sociedade resultantes do processo de desestatização, já que, de acordo com o averiguado durante as entrevistas realizadas no processo de análise do Governo, esse processo resultaria em uma melhor prestação de serviços para a sociedade, destinando as verbas da União para áreas essenciais como saúde e educação, através da redução de recursos para áreas não essenciais.

Indo além, pode-se complementar essa visão com estudos de autores que são coniventes com a venda desses serviços. Segundo os autores Nestor e Mahaboobi (2000), até o momento, a privatização se mostra eficiente na questão do aumento do lucro e do desempenho das empresas onde ele foi aplicado. Os autores mostram que há um grande desenvolvimento de diversos mercados e, com objetivos financeiros em mente, a desestatização se mostra um enorme sucesso. No entanto, como apresentado anteriormente, essa ação se prova um meio vital para empresas gerarem lucro, pois não tem a intenção de melhorar o serviço oferecido, mas, sim, suas receitas, uma vez que a melhora do serviço não se dá como objetivo principal. Embora possa se tornar uma consequência, a melhora da prestação de serviço nem sempre é atingida pela privatização.

Como prova disso, pode ser citado o exemplo da oferta de ensino por escolas particulares. Segundo Adrião (2018), as escolas privatizadas, em sua maior parte, são marcadas pela precariedade dos serviços prestados. De acordo com o autor, dados do censo de 2016 demonstram a falta de bibliotecas, quadras esportivas e até mesmo saneamento básico em grande parte dessas instituições. Dessa forma, observa-se que nem mesmo privatizando alguns desses serviços é atingido o padrão que é vendido como de excelência, de tal forma que exemplos reais demonstram a ineficiência dessa privatização.

Para sustentar a defesa, a já mencionada Constituição Federal de 1988 garante ao cidadão brasileiro direito a diversos setores necessários para atingir o bem estar social, entre eles estão a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a saúde, a proteção da infância e à maternidade, à previdência social tanto quanto a assistência aos desamparados. Assim, partindo do que foi desenvolvido, ao privatizar setores públicos são negadas à população menos favorecida direitos previstos na constituinte, visto que, ao cobrar por um serviço, se exclui todos aqueles que não podem arcar com os custos, retirando, desse modo, os seus direitos como cidadãos brasileiros.

Por fim, conclui-se que as demandas sociais são pautas imprescindíveis nos debates sobre privatização. A transferência para o setor privado dos serviços de responsabilidade da União não é a solução. Para que o acesso aos serviços públicos e o gozo de uma vida plena estejam assegurados a toda a população, é fundamental a análise das suas principais necessidades, melhor direcionamento dos recursos financeiros disponíveis e uma ação mais efetiva do Estado. A União deve se responsabilizar por Direitos Sociais que são a ela destinados segundo a Constituição Federal de 1988 para, então, garantir o bem-estar social para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 1988.
- ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- BOITO JÚNIOR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-29.
- IAMAMOTO, Marilda V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, Ana E. M. et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Opas, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 1-37.
- NESTOR, Stilpon; MAHBOOBI, Ladan. Privatização de serviços públicos: a experiência da OCDE. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Ed.). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 103-144, 2000.
- PAIVA, Teresa Cristina Gama de. **O processo de desestatização brasileiro na percepção dos planejadores, executores e especialistas**. Fundação Getúlio Vargas. Dissertação de Mestrado, 2023.

Sobre as autoras

Larissa Cristiny de Souza  

larissa.cristiny@sou.unifal-mg.edu.br

Graduanda em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Campus Varginha. Seus interesses acadêmicos incluem Ciências Sociais e Economia, com foco em questões contemporâneas ligadas a políticas públicas e questões de raça e gênero.

Maria Paula Neves Teófilo  

mariapaula.teofilo@sou.unifal-mg.edu.br

Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Campus Varginha. Seus interesses acadêmicos incluem Ciência Política e Economia Internacional, com foco em questões contemporâneas ligadas a políticas públicas e relações exteriores.

Lidia Noronha Pereira  

lidia.pereira@unifal-mg.edu.br

Doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), campus Varginha. Seus interesses acadêmicos incluem Análise de Discurso e Linguagem Textual, abrangendo temáticas voltadas para as questões de gênero, raça, envelhecimento, produção textual e políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UNIFAL-MG pelo apoio e oferta da Disciplina de Comunicação, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lídia Noronha Pereira, que proporcionou oficina de escrita, possibilitando a produção do presente Ensaio Acadêmico e a todos que nos apoiaram durante esse processo.